



## TURISMO ARQUEOLÓGICO, EDUCAÇÃO E OS SAMBAQUIS DO COMPLEXO LAGUNAR SUL DE SANTA CATARINA: PROPOSTA DE UM CIRCUITO PARA VISITAÇÃO<sup>1</sup>

Geovan Martins Guimarães\*

Bruna CataneoZamparetti\*\*

Deisi Scunderlick Eloy de Farias\*\*\*

Francisco Antônio dos Anjos\*\*\*\*

**Resumo:** Os sambaquis são sítios arqueológicos construídos por grupos pescadores-caçadores-coletores pré-coloniais, sendo recorrentes no litoral sul do Estado de Santa Catarina. Apresentam características funerárias e ritualísticas, tendo como principal elemento construtivo os moluscos, que acumulados ao longo dos anos, formaram grandes montes que ultrapassaram 40 metros de altura. Esse importante patrimônio arqueológico vem sendo depredado ao longo do tempo. Inicialmente eram desmontados para a construção das primeiras vilas, no período colonial, após as indústrias caieiras, e posteriormente como elemento de aterro de estradas e lotes nos municípios. Atualmente a expansão urbana e a prática de esportes radicais são os problemas que afetam o sítio arqueológico. Apesar da vulnerabilidade dos sambaquis, essa realidade pode ser transformada, desde que medidas legais estejam aliadas às ações de valorização para a sensibilização e preservação do patrimônio arqueológico regional. Desta forma, objetiva-se neste artigo propor ações de visibilidade e valorização do patrimônio arqueológico regional, sobretudo, os Sambaquis.

**Palavras-chave:** Turismo. Turismo arqueológico. Sítios arqueológicos. Sambaquis. Educação Patrimonial.

**Abstract:** The shell mounds are archaeological sites produced by pre-colonial fishermen-hunter-gatherer groups, which are recurrent on the southern coast of the State of Santa Catarina. The shell mounds present funerary and ritualistic characteristics, and they have the molluscs as main constructive element, which were accumulated over the years and, because of it, they form great shell mounds that could go beyond 40 meters of height. This important archaeological heritage has been depredated over the time. Initially they were dismantled for the

\*Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI  
Discente do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria  
Mestre em Turismo e Hotelaria  
Email: geovan@ymail.com

\*\*Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Discente do Programa de Pós-graduação em História  
Mestra em Ciências da Linguagem  
E-mail: bruna.cataneo@gmail.com

\*\*\*Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul  
Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem  
Doutora em História PUCRS  
Email: deisiarqueologia@gmail.com

\*\*\*\* Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI  
Docente do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria  
Doutor em Engenharia da Produção  
Email: anjos@univali.br

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de trabalhos apresentados nos eventos: III Fórum Científico de Gastronomia, Turismo e Hotelaria (2015) e IV Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (2016).



*construction of the first villages, in the colonial period, after the industries started to extract the shells, and later the shellmound was used like an earth moving element to build streets and lots. Currently the disorderly urban sprawland the practice of extreme sports are the problems that affect the archaeological sites. Despite the vulnerability of the shellmounds, this reality can be transformed, but it is necessary that legal measures be allied to the valorization actions for the sensitization and preservation of the regional archaeological heritage. In this way, the objective of this work is to propose actions in order to give visibility and valorize the regional archaeological heritage, especially the shellmounds.*

**Keywords:** *Tourism. Archaeological tourism. Archaeological sites. Sambaquis. Patrimonial Education.*

## 1. Introdução

Santa Catarina abriga em seu território diversos tipos de sítios arqueológicos, ainda em bom estado de preservação. No Complexo Lagunar Sul, que abriga importantes sítios arqueológicos, tem atraído pesquisadores e visitantes de várias partes do Brasil, bem como de outros lugares do mundo. A tipologia de sítios arqueológicos mais estudada na região são os Sambaquis. A palavra sambaqui origina-se da língua *Tupi*, que significa “amontoado de conchas”. Esses sítios possuem forma monticular e constitui-se basicamente por camadas de moluscos intencionalmente arranjadas. Os sambaquis estão distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando, principalmente, regiões lagunares e áreas recortadas por baías e ilhas. Variando bastante de tamanho, os sambaquis, do litoral catarinense, de acordo com a descrição de pesquisadores na década de 1970, chegavam a alcançar 70 metros de altura e 500 metros de comprimento (FARIAS, 2000; GASPAR, 2000; DEBLASIS et al., 2007).

Esses sítios exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada, com camadas de conchas mais ou menos espessas, intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, repletos de materiais orgânicos e com muitos vestígios estruturais como sepultamentos, fogueiras e marcas de estacas. Frequentemente, estão associados aos sepultamentos: artefatos, oferendas alimentares e estruturas de combustão. Gaspar (2000, p.10) aponta, ainda, a presença de outros objetos nos sambaquis, tais como



artefatos em pedra e ossos de animais, os quais constituem parte da estratigrafia do sítio. Esses sítios arqueológicos são os mais antigos encontrados no litoral de Santa Catarina, com datas que remetem até 8000 AP<sup>2</sup>.

Os sambaquis, em sua maioria, são locais cerimoniais que guardam vestígios da cultura material dos grupos pescadores-caçadores-coletores, indicam, ainda, elementos da cultura imaterial, representados pela mentalidade simbólica presentes nos vestígios dos rituais funerários e suas cerimônias (GASPAR, 2000; FARIAS, 2000; DEBLASIS et al, 2007). Passaram-se milhares de anos e os sambaquis ainda hoje compõem a paisagem cultural e testemunham parte da história de Santa Catarina.

Ao longo do tempo esses sítios foram tema de discussões acerca de sua existência, sendo continuamente (re)significados pelos diversos grupos humanos que escolheram esse ambiente para habitar, desde os grupos que ocuparam o território sambaquieiro no período pré-histórico, até os colonizadores europeus que chegaram a partir do século XVI (FARIAS, 2000; DEBLASIS, et al. 2015; ZAMPARETTI, 2014).

Até meados da década de 1960 a destruição dos sambaquis era frequente e intensa, as conchas eram extraídas para a produção de cal, assim como para fins de aterro de estradas e terrenos baixos. Nesse período foi promulgada a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, criminalizando a depredação dos sítios arqueológicos, principalmente dos sambaquis, que eram os mais visados pela indústria de cal e pelas prefeituras locais.

Apesar da proibição legal, a depredação é recorrente até a década de 1980, inclusive pelo poder público local, que promoviam o desmonte desses sítios para a utilização do substrato como matéria-prima na manutenção de estradas. Atualmente, a situação é preocupante, mesmo estando legalmente protegidos, atividades depredatórias ainda ocorrem nestes sítios arqueológicos, que são usados como espaço para práticas de esportes radicais por motoqueiros, jipeiros, bugueiros; atividades agropecuárias; intervenções de caçadores de tesouro; atos de vandalismo, entre outros.

A situação do patrimônio arqueológico regional é preocupante, frente a essa realidade questiona-se, quais ações podem contribuir para preservação e a valorização dos sítios arqueológicos Sambaquis da região do Complexo Lagunar Sul? Frente a

---

<sup>2</sup>AP significa antes do presente e faz referência à datas anteriores à 1945, ano da descoberta do Carbono 14, elemento utilizado para datar evidências arqueológicas.



questão, o objetivo central deste artigo é propor ações que visem a valorização do patrimônio arqueológico regional, nomeadamente, os Sambaquis, testemunhos da produção cultural dos grupos pescadores-caçadores-coletores. Na sequência, buscou-se apresentar ações de Educação Patrimonial desenvolvidas na região, envolvendo os sambaquis; identificar os sítios arqueológicos da região do complexo lagunar; sugerir uma proposta de um circuito de visitação para os sambaquis da região; e recadastrar os sítios arqueológicos que serão integrados a proposta de circuito.

Pensando no baixo alcance das medidas legais e do poder de proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para com os Sambaquis, assim como na responsabilidade social da pesquisa arqueológica, esse artigo apresentará as atividades educativas desenvolvidas pelo GRUPEP-Arqueologia desde o final da década de 1990, nessa região, bem como indicar a possibilidade de incluir os sítios arqueológicos como atrativo turístico regional. Entende-se que a junção das duas atividades promoverá a valorização dos sítios arqueológicos que compõem a paisagem cultural do Sul de Santa Catarina.

## 2. O Processo de Educação Patrimonial e sua interface com o Turismo

A Educação Patrimonial é uma ação processual que objetiva a difusão e a valorização do patrimônio cultural por meio de metodologias educativas constituindo-se de todos os processos educativos formais e não formais que enfocam o Patrimônio Cultural. Este, por sua vez, é apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações. A Educação Patrimonial propicia o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural (FLORÊNCIO et al., 2014, p.19).

O termo Educação Patrimonial foi utilizado no território brasileiro a partir de 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, inspirado no modelo inglês *Heritage Education* (FARIAS, 2000; FLORÊNCIO et al, 2014, p.13). A partir do uso do termo, as propostas educativas voltadas ao patrimônio aliaram-se às novas propostas educativas, impulsionadas por uma visão socioculturalista de Vygostki, expandindo o conceito de patrimônio e da visão sobre ele. (FARIAS, 2000).



O patrimônio arqueológico brasileiro carece de políticas públicas que fomentem sua proteção de forma efetiva, e, paralelo a isto, está o distanciamento entre a população e o patrimônio arqueológico, muitas vezes, vistos como objetos de atraso e empecilho ao desenvolvimento do país (ZAMPARETTI, 2014). Na contramão deste discurso, as ações de Educação Patrimonial, voltadas à preservação do patrimônio arqueológico, são importantes para uma mudança de paradigma.

Farias (2000, p.167) expõe o lado social da pesquisa arqueológica, para que assim legitime a ação do arqueólogo que é ser plural, eclética e pragmática, convivendo com toda a diversidade de práticas e teorias. Lima (2007, p.8) corroborando com tal ideia, expõe a ineficiência em cobrar algo da comunidade circunvizinha ao patrimônio, quando a sociedade científica não faz seu papel de disseminadora do conhecimento “na medida em que as pessoas não podem ser cooptadas e estimuladas a cuidar daquilo que elas sequer conhecem”.

Entendendo ser a difusão científica de responsabilidade social do pesquisador, é que o GRUPEP - Arqueologia desenvolve desde o ano de 1999, ações de Educação Patrimonial na região sul catarinense. O grupo de pesquisa foi criado a partir de um grupo de estudo, tendo como objetivo discutir o patrimônio arqueológico regional, e atualmente integra pesquisadores, acadêmicos de graduação e pós-graduação de várias instituições no Brasil e fora dele.

Em todas as pesquisas realizadas, vinculam-se atividades educativas, tendo o patrimônio arqueológico como elemento dinamizador do conhecimento. Acredita-se que a preservação é inerente ao conhecimento, e que um patrimônio vazio de significado e vivência não se constitui como tal. Cada grupo humano possui, dentro de suas matrizes culturais, elementos simbólicos e significantes. Como demonstra Byington (2006, p.25), poucas coisas vêm a caracterizar o ser humano quanto os símbolos, que podem ser analisados de vários ângulos e por meio de diferentes conceitos, utilizados como significante de algo – “as nuvens escuras são as precursoras simbólicas de uma chuva que vai cair” (GEERTZ, 2008, p.67), ou como sinais convencionados. Significante do sujeito ou convenção social, os símbolos fazem parte do universo cultural humano.

Bourdieu (1989) discute o símbolo social a partir da visão de Durkheim (1975), na qual este é visto como uma convenção social, criado e transformado no cerne da sociedade, do grupo, do coletivo. Pensando nesta construção simbólica é que se entende



como necessária a ação educativa nos processos de significação e ressignificação dos patrimônios arqueológicos.

O Patrimônio perde seu valor simbólico a partir do momento em que não é mais significativo para determinada sociedade. Essa perda simbólica acarreta a marginalização do patrimônio, e o distanciamento da sociedade que o significa. É neste momento, que são discutidas as mudanças acarretadas pela força da sociedade civil quanto às práticas de preservação e valorização (CARNEIRO, 2004, p.53).

As Normas de Quito (1967), em seu item VIII destacam:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa o patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz.

O Brasil é um país diversificado cultural e patrimonialmente, tanto pelas suas dimensões continentais quanto pela composição histórica e humana, construída a partir de hibridismos culturais (HALL, 2006), onde o poder público não possui ações suficientes e eficientes para alcançar e preservar a pluralidade dos patrimônios existentes. Assim, medidas educativas que envolvem as comunidades que produzem e significam o patrimônio devem compor o cenário regional, visando a sensibilização para a sua preservação.

Oliveira e Wenceslau (2008, p.30) afirmam que as ações desenvolvidas pela Educação Patrimonial servem de subsídio para que a comunidade em geral se reapropriar de seus bens, retomando valores culturais e históricos relativos a essa sociedade. Sendo assim, a Educação Patrimonial trabalha para a valorização da identidade local, regional ou nacional. Somente por meio desta recuperação e identificação, é que o patrimônio pode realmente ser protegido.

A função da Educação Patrimonial é levar os indivíduos à um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para a utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural. A Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de



aprendizagem do contexto sociocultural. (ITAQUI, 1998 apud OLIVEIRA e WENCESLAU, 2008, p.32).

É necessário pensar políticas de preservação, que não sejam impositivas, arbitrárias, advindas do poder público de forma verticalizada. Para Guillaume (1980 apud CARNEIRO, 2004, p. 61-62), não é a valorização do passado que produz a conservação, mas sim a conservação, que dá ao passado um novo valor de operador social. É a construção de uma política do patrimônio que engendra o interesse repentino pelo passado e a necessidade de conservá-lo e não o contrário.

Essas políticas devem estar pautadas nas produções simbólicas, significantes, identitárias e nas memórias de comunidades acerca da produção do seu patrimônio, seja ele de ordem material ou imaterial, assim denominado não pela sua funcionalidade, mas pelo seu poder simbólico, sendo constituído no seio de comunidades com o poder de significar (CHOAY, 1992, p. 63).

Seguindo este pensamento o turismo pode atuar como mecanismo de valorização, quando desenvolvido de forma responsável, poderá garantir a salvaguarda do patrimônio cultural material. Como atividade consolidada, pode trazer benefícios, principalmente para a comunidade local e subsequentemente para o sítio arqueológico, desde que planejado. Lickorish e Jenkins (2000, p. 109) afirmam que “o turismo pode até mesmo oferecer uma forma de reativar a vida social e cultural da população residente, revitalizando assim a comunidade local, estimulando contatos no país, atraindo jovens e favorecendo as atividades da região”.

O segmento de turismo cultural se apresenta como alternativa para abastecer os equipamentos turísticos de determinada região. Barretto (2000) define que o “turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”. Nessa mesma perspectiva, Rodrigues (2005, p. 15) afirma que “além do valor cultural específico, do ponto de vista do turismo cultural, esses bens materiais possuem outro valor, o de serem objetos indispensáveis, cujo consumo constitui a base de sustentação da própria atividade”.

Relacionado ao turismo cultural, destaca-se o turismo arqueológico, que tem em vista o desenvolvimento da atividade turística como agente que promove e preserva os sítios arqueológicos, divulgando a cultura e evidenciando-a através dos vestígios deixados por civilizações antigas.



O turismo arqueológico é o "segmento turístico que utiliza sítios arqueológicos como atrativos e atinge aspectos, como: a proteção dos recursos, a valorização econômica, a participação da população local, o turismo como ferramenta de conservação e preservação" (GUIMARÃES; ANJOS, 2015, p. 221). Neste segmento, o turista é motivado a se deslocar com o intuito de visitar e conhecer as particularidades de determinada cultura pretérita.

A utilização de sítios arqueológicos como atrativo turístico deverá ser mais uma alternativa para a preservação, tendo em vista, transmissão do conhecimento acerca da origem do patrimônio, sendo um instrumento para divulgação das pesquisas arqueológicas.

O desenvolvimento do turismo, utilizando como atrativos os sítios arqueológicos, deve ser concebido a partir de um planejamento, para que haja uma utilização que não comprometa a integridade do local e garanta o acesso às gerações futuras, seguindo o princípio da sustentabilidade. É preciso garantir que o turismo arqueológico não seja um agente explorador do recurso, mas sim uma ferramenta de sensibilização para que todos cumpram seu papel de protagonista na preservação dos sítios arqueológicos (GUIMARÃES; ANJOS, 2015, p. 224).

Bezerra (2012, p. 149) destaca que, o turismo arqueológico exerce um papel importante na economia de países como Grécia, México, Peru, entre outros, diferentemente do Brasil que tem uma participação tímida neste segmento. A autora atribui o fato como resultante de diversas razões, entre elas: o patrimônio arqueológico pouco valorizado, ignorância do potencial turístico, inclusive, desprestígio do tema pela comunidade acadêmica.

O turismo arqueológico quando concebido através de um planejamento e gestão eficaz da atividade, será um poderoso parceiro para a valorização e a preservação, um recurso para garantir a salvaguarda, porém, o desenvolvimento inconsequente poderá causar danos irreversíveis ao patrimônio. Este segmento deverá ser desenvolvido sob olhar atento da arqueologia e o apoio incondicional da educação patrimonial – atuando em processos educativos formais e informais – voltada ao tríade turístico, comunidades circunvizinhas e o próprio visitante. Conforme descreve Bezerra (2012, p. 154-155), o turismo arqueológico vem conquistando espaço nas discussões acadêmicas, que muitas





vezes não percebia essa temática como parte do “fazer arqueológico”, galgando publicações, projetos e eventos.

### 3. Proposta Metodológica

A pesquisa desenvolvida foi pautada em um caráter exploratório e descritivo, utilizando-se de uma abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória visa a compreensão da natureza do problema, busca explorar o problema e originar entendimento sobre o tema (AAKER, 2001; MALHOTRA, 2006). Levanta problemas de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987) destaca ainda que, “um estudo exploratório, por outro lado, pode servir para elencar possíveis problemas de pesquisa”. Já o estudo caracteriza-se por buscar descrever uma realidade, sem causar interferência (APPOLINÁRIO, 2009, p. 62). Para Triviños (1987), este método “pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

A escolha da região de pesquisa, o complexo lagunar sul de Santa Catarina, ocorreu devido duas questões: a primeira refere-se à quantidade expressiva de sítios arqueológicos configurando-se como um local de abundante oferta de atrativos arqueoturísticos; segundo, a região recebe continuamente ações de Educação Patrimonial. Através da pesquisa qualitativa, se pode “não só determinar como é um fenômeno, mas também de que maneira e por que ocorre”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 111). Apoiado em instrumentos de pesquisa, documentos e dados de pesquisa anteriores, buscamos na pesquisa qualitativa um importante elemento para a interpretação da participação do sujeito no fenômeno turístico.

A Educação Patrimonial trata-se de uma ação processual de transformação social através da reflexão pautada em patrimônios culturais. Para isto, desenvolve-se uma gama de metodologias possíveis para bordar os diversos temas aos diversos públicos. As ações aqui apresentadas são direcionadas ao público estudantil, pensando uma educação que extrapole o espaço formal de ensino e avance em direção aos territórios educadores.

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe esse caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e

transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. (GOULART, 2010).

Portanto, as saídas de campo, as idas aos sítios arqueológicos e laboratórios de pesquisa, caracterizam estes espaços além de um bem patrimonial a ser preservado ou espaços de pesquisa, mas antes, como territórios educativos, que contribuem para a formação integral dos sujeitos de aprendizagem. As ações aqui apresentadas são pautadas na metodologia do Estudo do Meio, através de saídas de campo aos sítios arqueológicos.

O estudo de Cooper (2004) revelou que o uso de estratégias de ensino que envolvam experiências com significado (como as visitas a sítios e museus onde as crianças possam explorar e extrapolar), questões abertas sobre evidência (de modo a permitir diferenciarem entre ‘saber’, ‘supor’ e ‘não saber’), vocabulário selecionado com diferentes níveis de abstração, e uma atmosfera de expressão livre, onde as crianças possam sentir-se confiantes para conversar, são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento histórico das crianças. Cooper salienta que este trabalho deve começar desde cedo, pois as crianças são “capazes de operar com conceitos de validade e de resolver questões históricas progressivamente mais complexas, podendo aprender conceitos históricos abstratos interligando-os com os concretos”. (PINTO, 2012, p. 194).

Para o mapeamento e identificação dos sítios utilizaram-se dados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região. A região do complexo lagunar sul vem sendo estudada por arqueólogos advindos de várias partes do Brasil e do exterior há mais de 50 anos. Nas últimas décadas foi intensificada, principalmente por pesquisadores da região, os quais resultaram em vários trabalhos científicos. As informações referentes a cada sítio pesquisado foram introduzidas em software específico para o geoprocessamento dos dados, com a espacialização foram realizadas análises básicas, auxiliando para compreensão da distribuição espacial, diversidade cultural – tipo de sítio e cronologia da ocupação.

Esse procedimento foi decisivo na definição da proposta de circuito de turismo arqueológico, que foi definida pensando exclusivamente em uma tipologia de sítio arqueológico, o sambaqui, recorrente na região. Além disso, consideraram-se as informações obtidas sobre pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos sítios integrados ao circuito, quando se destacaram as seguintes categorias de análise: monumentalidade, facilidade de acesso e dados sobre o contexto ocupacional pré-histórico.

A partir da definição dos sítios arqueológicos integrantes a proposta de circuito, realizou-se o seu recadastramento, seguindo os critérios definidos pela portaria IPHAN nº 57, de 12 de março de 1997, que delibera o modelo de ficha para registro (e recadastramento) de sítios arqueológicos. Essa ficha observa além das características culturais do patrimônio, dados de localização, geomorfologia, hidrografia, estado de conservação, entre outras. Esses dados foram registrados em campo, observando as características destes patrimônios *in situ*.

#### 4. Visitas monitoradas aos sambaquis do Complexo Lagunar Sul

O GRUPEP - Arqueologia recebe anualmente cerca de 10 mil visitantes, oriundos de várias partes do Brasil e exterior, sendo seu principal público participante, estudantes das redes Municipais e Estaduais da Educação Básica, além de universitários, pesquisadores, entre outros grupos com interesse na pesquisa arqueológica catarinense. Vale ressaltar que, do total de visitas ao laboratório de arqueologia, apenas uma parte se converte em visita aos sítios arqueológicos, isso ocorre principalmente devido ao tempo disponível para a visita e a falta de recursos para a contratação de transporte até os locais de visita.

A visita ao sítio arqueológico é antecedida por uma contextualização da região quando se apresenta a Arqueologia, discutindo seus aspectos teóricos e metodológicos, bem como as pesquisas desenvolvidas e em andamento na região. São apresentados os grupos que habitaram o litoral sul-catarinense, com enfoque nos sambaquieiros. Este primeiro contato é feito de forma interativa, envolvendo o diálogo, imagens e artefatos arqueológicos. O espaço utilizado é uma grande sala, no espaço da universidade, montada para o desenvolvimento de ações educativas.

Findando ao diálogo, os participantes dirigem-se ao laboratório de pesquisa, onde, visualizam diversos tipos de vestígios e artefatos arqueológicos de grupos humanos que habitaram a região. Além do contato com as evidências materiais, o participante tem a oportunidade de conhecer os procedimentos metodológicos da pesquisa de laboratório. A atividade tem duração aproximada de uma hora. Após esta etapa, a turma visitante, junto com os monitores do grupo de pesquisa, direcionam-se para a visita ao Sambaqui.



Os sambaquis mais visitados são: Cabeçuda I, Peralta e o Santa Marta I, no município de Laguna, o Congonhas I e o Congonhas II, no município de Tubarão, o Garopaba do Sul (também conhecido como Garopabão)<sup>3</sup>, no município de Jaguaruna, Capivari I no município de Capivari de Baixo, estes sítios são considerados de tamanho médio a grande. Dos sítios arqueológicos citados, quatro estão em área pública e três em área privada, em locais de fácil acesso, junto as rodovias. Todos esses sítios carecem de infraestrutura básica para visitação turística, muitos não estão salvaguardados por uma delimitação da área ou sequer sinalizados. As visitas acontecem, quase sempre em no máximo dois sítios, isso ocorre principalmente pelo tempo disponibilizado para as visitas, que normalmente costumam ser reduzidos, visto que, o veículo utilizado é o responsável pelo transporte escolar regular e a visita ocorre no intervalo entre a entrada e saídas de turnos na escola.

Ao chegarem ao sítio arqueológico, os estudantes são orientados a tomarem cuidado a fim de evitar impactos negativos ao meio, como por exemplo: não remover materiais; não correr e não deixar nenhum lixo no local. Os visitantes são orientados para que caminhem apenas nas trilhas já abertas, visando dessa forma, preservar integralmente as demais áreas do sítio. A visita possibilita a compreensão da ocupação territorial dos grupos pré-históricos, em especial os grupos caçadores-pescadores-coletores construtores de sambaquis, entendendo sua implementação na paisagem e os recursos ao alcance da população que o construiu. No sítio, pode-se estimular o interesse pelos conhecimentos dos hábitos do grupo humano estudado, por meio da visualização da composição estratigráfica do sítio, da diversidade de materiais faunísticos, de artefatos líticos, de demais evidências arqueológicas aparentes (estruturas de combustão), e da possibilidade de demais sítios associados. As figuras 4 e 5 apresentam a visita monitorada em sambaquis de três municípios do Complexo Lagunar Sul: Tubarão, Jaguaruna e Laguna. Observa-se a falta de estrutura de visitação, os impactos sofridos pelos sítios ao longo do tempo, destacando, contudo, o caráter educativo e sensibilizador da visita.

---

<sup>3</sup> Considerado pela prefeitura do município, como o maior sambaqui do mundo.



Figura 2 - Visita monitorada ao Sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna – SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 3 - Visita monitorada ao Sambaqui Congonhas 01, Tubarão – SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 4 - Visita monitorada ao Sambaqui Cabeçuda 01 – Laguna-SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

Figura 5 - Visita monitorada ao Sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna – SC.



Fonte: Acervo GRUPEP-Arqueologia.

O visitante sente-se integrado aquele espaço, observa suas alterações, é estimulado a imaginar sua ocupação e construção, e principalmente questiona ao monitor, em um processo ativo de construção do conhecimento.

Um ponto muito importante a ser destacado na visita é a sensibilização dos visitantes para a preservação desses locais. Em campo são observadas marcas evidentes e persistentes resultantes de atos depredatórios, dentre elas destacam-se: lixo sendo jogado no local; trilhas deixadas por veículos automotores, principalmente por praticantes de cross; impactos de atividades agropastoris; escavações promovidas por caçadores de tesouros e curiosos; expansão imobiliária, com a invasão de moradias sobre o sítio arqueológico - muitas vezes com o afã do poder público local, entre outros.



REVISTA  
**MEMORARE**



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593

No decorrer das visitas monitoradas, há situações em que os visitantes - alunos do ensino fundamental se deparam com motociclistas que intencionavam subir no sambaqui. Sem titubear, eles interpelam o transgressor e pedem que não destrua o sambaqui. Em vários momentos a presença dos visitantes inibe atos depredatórios aos sítios arqueológicos, mostrando a eficácia e a necessidade desta ação educativa para a preservação do local.

Algumas turmas retornam para suas escolas e realizam atividades pedagógicas acerca das visitas realizadas. Uma destas atividades, que possui também monitoria do GRUPEP-Arqueologia, consiste na representação de um sambaqui em um cartaz. Além de seu caráter educativo, esta atividade possuiu um caráter diagnóstico. Muitos alunos retratam trilhas de motos, lixo, criação de animais, como formas de depredação do sítio, indicando que estavam atentos a estes fatores. Outros retratam a si e sua turma na visita, contextualizam o sítio em ambiente litorâneo, inclusive artefatos e rituais funerários que conheceram em laboratório, chegando mesmo a imaginar a ocupação indígena e construção do Sambaqui no período pré-colonial.

Diante disso, se avalia a importância da continuidade e efetividade das visitas em sítios arqueológicos. Diferentemente do que os órgãos fiscalizadores propagam, considera-se muito importante o contato da sociedade com os sítios, pois se acredita que realmente, só se preserva o que se conhece, o que é apropriado, o que passa a ser parte da minha vida e do meu rol de conhecimento.

#### **4.1 Circuito de visitação aos sambaquis do Complexo Lagunar Sul Catarinense**

O Complexo Lagunar Sul apresenta mais de 90 sítios arqueológicos registrados. Após a análise da distribuição espacial dos sítios arqueológicos mapeados percebeu-se o potencial para a elaboração de um circuito de visitação envolvendo alguns sítios do tipo sambaquis dessa região. O circuito teria aproximadamente 79 km de percurso, envolvendo quatro municípios: Tubarão, Jaguaruna, Laguna e Capivari de Baixo. Seriam visitados seis sambaquis, cuja escolha se deu em virtude da facilidade de acesso por estarem em áreas públicas ou privadas de fácil acesso e junto às rodovias, além de seu caráter emblemático e educativo.



Esses sítios carecem de uma infraestrutura básica de visitação, tais como: acesso, sinalização informativa, delimitação de áreas vulneráveis, entre outras. A seguir serão descritas algumas informações referentes aos sítios que se sugere integrar o circuito.

No município de Tubarão entrariam no roteiro dois sítios. O Sítio Congonha I, registrado pelo arqueólogo João Alfredo Rohr, no ano de 1972, e estudado por Anamaria Beck em seu doutorado (1972). Localiza-se na coordenada UTM 22J 694930/6843010, na comunidade de Congonhas, dentro de uma área de uma associação de futebol, o Palmeiras Esporte Clube. Encontra-se há aproximadamente 20 metros da estrada de acesso, seu tamanho é de 40 metros de comprimento, por 30 metros de largura e 4 metros de altura, com antiguidade de 3350 anos AP (ASSUNÇÃO, 2010). Foi intensamente destruído pela mineração, principalmente pela exploração da cal, e no ano 2000 teve suas bases destruídas pela prefeitura de Tubarão, quando ocorreu a ampliação dos campos de futebol. Atualmente a ameaça à integridade do sítio é a expansão urbana e o seu uso como arquibancada em dias de jogo. O Sítio Congonha II também registrado no mesmo ano e pelo mesmo arqueólogo, fica localizado na coordenada UTM 22J 695541/6840095, junto a Estrada Geral da comunidade de Congonhas, próximo à divisa com o município de Jaguaruna. De acordo com Assunção (2010), possui 100 metros de comprimento, 150 metros de largura e 6,5 metros, a datação apresentada por De Blasis et al. (2007, p. 38) é de 2740 anos A.P. Foi parcialmente destruído pela prefeitura de Tubarão em uma obra na estrada, sendo exposto um grande perfil. A proximidade com a estrada tornou-se um risco para o sítio, além da construção de novas moradias na área.

No município de Jaguaruna o sítio escolhido para visitação foi o Garopaba do Sul, na comunidade homônima. Localizado na coordenada UTM 22J 706046/6831728 foi registrado por João Alfredo Rohr no ano de 1969. De acordo com Farias e Kneip (2010, p. 177) é um dos maiores sambaquis do Brasil, medindo 200 metros de comprimento, por 100 metros de largura e 30 metros de altura. A data mais antiga encontrada até o momento para o sítio é de 4110 anos AP., as pesquisas indicam que havia uma ocupação contínua, de aproximadamente 1405 anos (DEBLASIS et al., 2007). O sítio foi fortemente impactado pela mineração, ainda assim mantém seu caráter monumental. No início dos anos 2000 uma Lei municipal foi promulgada visando a preservação do Sítio Garopaba do Sul, proibindo construções em uma faixa periférica



de 200 metros a partir do limite do sítio, recebendo inclusive uma cerca que impediu por algum tempo a entrada de veículo automotores. Recentemente, a revelia dos pesquisadores, da comunidade, do IPHAN e MPF, a Lei foi revogada, reduzindo a faixa para 50 metros. Destaca-se que o local integra uma Área de Preservação Permanente – APP e a Área de Preservação Ambiental da Baleia Franca - APA da Baleia Franca, com áreas de restinga e campo de dunas móveis. Com a destruição quase integral da cerca, o abandono do poder público municipal, a ineficiência na fiscalização e gestão do patrimônio arqueológico por parte do IPHAN, o sítio se transformou em uma grande pista clandestina de motocross, com centenas de marcas observadas, além de lixo espalhado pelo local e criação de gado. Além disso, há um forte avanço da malha urbana sobre o local de implantação desse sambaqui.

No município de Laguna os sítios escolhidos foram Santa Marta I e Cabeçuda I. O sítio Santa Marta I está localizado na comunidade do Farol de Santa Marta, nas coordenadas UTM 22J 712151/6833970, junto a estrada de acesso ao bairro. Foi registrado pelo arqueólogo Walter Piazza, em 1962 e recadastrado por Assunção (2010, p. 132) distando 300 metros da praia do Costão do Ilhote. De Blasis et al. (2007, p. 39) apresentou uma datação de 3200 anos AP. Este sítio foi cercado há algum tempo, no período apresentava uma grande cicatriz deixada por praticante de motocross, porém, percebe-se que a vegetação está se regenerando e cobrindo a área, dessa forma, protegendo o local da erosão eólica e pluvial.

Localizado as margens da rodovia BR 101, na comunidade de Cabeçudas, nas coordenadas UTM 22J 712601/6852170, fica o Sítio Cabeçuda I. O arqueólogo Castro Farias, foi responsável pelo registrado ano 1952. Farias e Kneip (2010, p. 195) relatam que este sítio foi intensamente minerado, sobrando apenas a base do sítio. Farias (2014) descreve este sambaqui com 195 metros de comprimento, 140 metros de largura e o ponto mais elevado com 16 metros de altura. A data obtida para este sítio é de 4120 anos (DEBLASIS et al, 2007, p. 38). Inúmeras pesquisas foram realizadas no sítio, a partir de 1952 e mais recentemente durante a obra de construção de Ponte Anita Garibaldi, quando foi realizada uma escavação de uma área de 7 metros por 7 metros, sendo escavado mais de 3 metros de profundidade a partir do nível do solo. O local escavado se configurou como uma grande área funerária, onde 25 sepultamentos foram exumados e encaminhados para análise em laboratório. O processo de escavação atraiu muitos





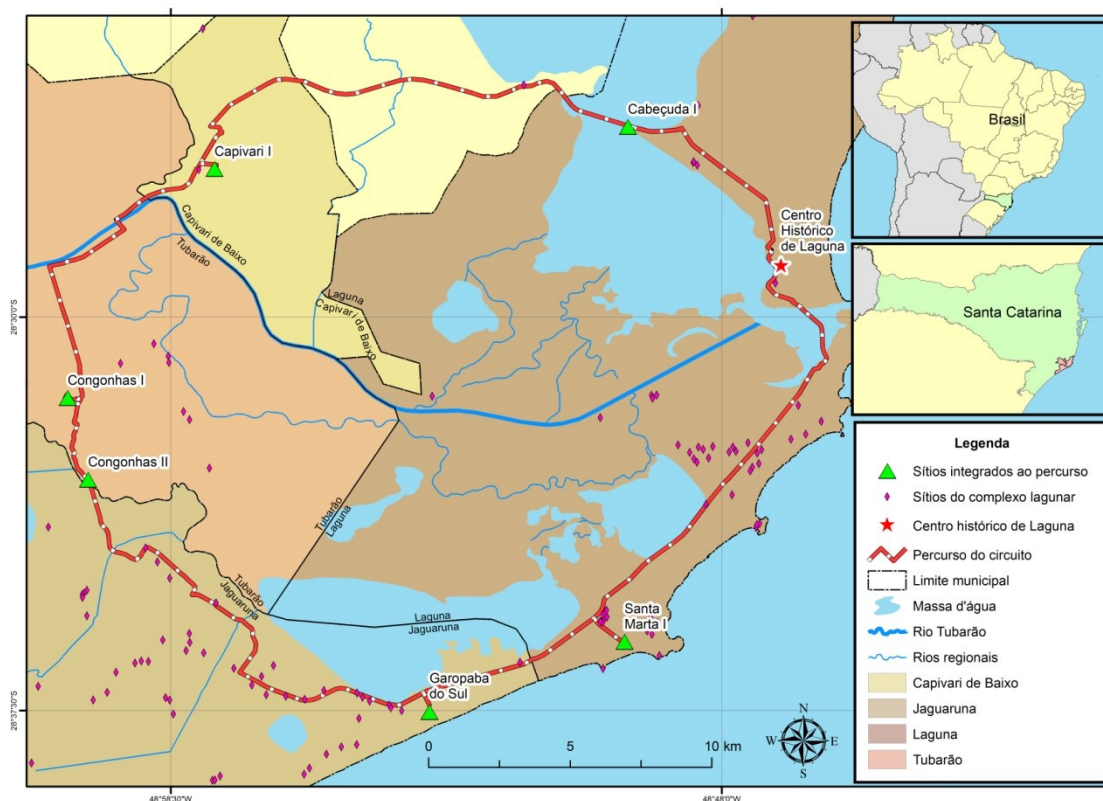
curiosos e redes de televisão que vinham ao local em busca de mais informações sobre os grupos pré-históricos que habitaram a região.

Por fim, no município de Capivari de Baixo, foi escolhido o Sítio Capivari I, localizado junto ao Parque Ambiental Encantos do Sul na coordenada UTM 22J 699746/6850952. O sambaqui foi registrado no ano de 1975 por João Alfredo Rohr e atualmente possui as seguintes dimensões: 150 metros de comprimento, 50 metros de largura e 3 metros de altura, datado entre 3600 e 3840 anos AP. (ASSUNÇÃO, 2010). Farias (2010, p.99) afirma tratar-se de um sítio extenso, contudo já muito impactado por uma terraplanagem no local. Este sítio possui um diferencial em relação aos demais, está localizado em um parque, que já possui estrutura para recebimento de visitantes. Atualmente, por intermédio do presidente Marcelo Caneschi o sítio foi integrado ao parque.

A figura 7 apresenta o circuito proposto e os sítios arqueológicos integrados ao roteiro. Outros sítios arqueológicos também foram apresentados no mapa, o que nos permite visualizar os potenciais de atrativos arqueoturísticos da região. Este circuito perpassará o território dos quatro municípios elencados.



Figura 7 - Mapa do Circuito Arqueológico



Fonte: Elaboração dos autores, 2016.

Este trabalho vem mostrar o potencial para a elaboração de um circuito de visitação em sítios arqueológicos localizados na região do Complexo Lagunar. Além da quantidade de sítios, sua relevância científica e facilidade de acesso, ressalta-se também seu potencial didático. Para tanto, realiza-se com certa frequência, ações de Educação Patrimonial nas áreas destes sítios arqueológicos, através do trabalho desenvolvido pelo laboratório de arqueologia da Unisul. Entendemos que para uma fase posterior, e implementação do circuito, é necessário um amplo estudo que vise minimizar os impactos negativos e garanta a salvaguarda do patrimônio arqueológico, e principalmente o envolvimento da comunidade local na construção da proposta.

#### 4. Considerações Finais

Ações voltadas à valorização do patrimônio arqueológico regional, nomeadamente, os Sambaquis, testemunhos da produção cultural dos grupos

pescadores-caçadores-coletores, promovem a preservação desses sítios. O artigo apresentou ações de Educação Patrimonial desenvolvidas na região envolvendo os sambaquis; o mapeamento e identificação de sítios arqueológicos da região do complexo lagunar; e uma proposta de um circuito de visitação para os sambaquis da região.

O circuito arqueológico proposto volta-se para visitas em sambaquis da região do complexo lagunar sul catarinense. Para a implementação deste circuito é imprescindível o planejamento, garantindo a salvaguarda do patrimônio, além do engajamento das comunidades circunvizinhas. Devido as eminentes ameaças que estes patrimônios sofrem, fazem-se necessárias ações de valorização para os sambaquis, que têm sofrido todo tipo de interferência ao longo do tempo, desde o período pré-histórico, quando foram ocupados por grupos culturalmente distintos. Mas, principalmente com a vinda dos europeus, no século XVI, quando foram muito utilizados nas construções de estruturas urbanas, sendo essa atividade desenvolvida até o século XX, quando seu uso foi muito recorrente para aterros em áreas baixas e estradas.

Em 26 de junho de 1961 foi promulgada a Lei Federal nº 3.924, que criminalizava atos de depredação ao patrimônio arqueológico. Contudo, este movimento legal não se mostrou eficiente para a preservação do patrimônio arqueológico, uma vez que os sambaquis continuaram a ser intensamente minerados até a década de 1980, inclusive pelo poder público municipal da região. Apesar de fatores legais, a destruição dos sambaquis, assim como demais sítios arqueológicos, ainda ocorre. Percebe-se que estas ações não são reflexos apenas da falta de conhecimento da população, mas, principalmente da ausência de um programa de difusão efetivo nos meios de comunicação local, que busque valorizar o patrimônio pré-colonial catarinense. Atualmente os atos depredatórios mais comuns são: esportes radicais com veículos automotores (jipeiros, motociclistas e afins); atividades agropastoris; descarte de lixo; ocupação urbana irregular; destruição de sinalização e cercas de delimitação dos sítios.

Medidas legais nem sempre são suficientes para inibir por completo a depredação, mais que forças impositivas, criadas de forma verticalizada, são necessárias ações efetivas de divulgação, valorização e fruição que sensibilizem os cidadãos e transformem a realidade. A Educação Patrimonial tem sido uma importante parceira, auxiliando na mudança deste panorama, se constituindo de processos nos quais o

Patrimônio Cultural é apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações. No entanto, como ela tem sido feita, afeta apenas a camada infanto-juvenil da população, o que a médio e longo prazo promete uma mudança de comportamento diante desses patrimônios. No entanto, o público adulto, verdadeiro depredador, não tem acessado o movimento educativo.

História, memória, significados, constituem o Patrimônio Cultural, não existindo patrimônio puro, sendo a busca por esta essência utópica. O Patrimônio histórico é constituído por interferências, mudanças, (re)significações, que devem ser vistas e lembradas quando se fala em patrimônio. O processo preservacionista está intrinsicamente ligado a dois fatores: memória e identidade. Estes são construídos e/ou reafirmados por meio de medidas educativas que os valorizem. Entende-se que Educação Patrimonial devido ao seu caráter processual é uma atividade que deve ser implementada antes do patrimônio se tornar um atrativo turístico.

O mapeamento dos sítios arqueológicos em âmbito regional permitiu a compreensão da distribuição espacial dos sítios arqueológicos da região do complexo lagunar, partindo deste, e com a definição de critérios, elaborou-se um circuito para a visitação de seis sítios arqueológicos, localizados em quatro municípios distintos.

Após a definição dos sítios integrantes ao circuito foram realizados os recadastramentos, nesta etapa realizaram-se visitas ao patrimônio, onde fora observada dentre outros, os fatores de destruição. Alguns sítios tiveram uma melhora em medidas de salvaguarda, sendo sinalizados e delimitados, porém, outros estão vulneráveis, os quais não se observou ações de salvaguarda. A situação do Sambaqui de Garopaba do Sul, o maior sambaqui do Brasil, é bastante preocupante, existe apenas parte da cerca de proteção, muitas marcas deixadas por praticantes de cross, findando na destruição paulatina do sítio, no contraponto o poder público pouco tem feito para impedir tal contexto.

A criação de um circuito de turismo arqueológico que contemple sítios arqueológicos da região do complexo Laguna Sul Catarinense poderá ser uma alternativa para a valorização e salvaguarda deste patrimônio. Considerando que o desenvolvimento da atividade seja pautado em um planejamento que: envolva as



comunidades circunvizinhas, integre a Educação Patrimonial, incentive o desenvolvimento regional, utilizando-se de princípios da sustentabilidade.

### Referências

AAKER, David A.; KUMAR, V.; DAY, George S. **Pesquisa de Marketing**. [Trad.] MARCONDES, Reynaldo Carvalho. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSUNÇÃO, Danilo. **Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta**: em busca do contexto regional do litoral sul de Santa Catarina. São Paulo, 2010. Dissertação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BEZERRA, Marcia. Arqueologia, turismo e comunidades locais: reflexões de uma turista [arqueóloga] aprendiz. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edith; BEZERRA, Marcia. **Turismo e gestão do patrimônio arqueológico**. Belém: Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN, 2012, p.149-164.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **Moitará I**: o simbolismo nas culturas indígenas brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

CARNEIRO, Alice M. P. de Azevedo. **O patrimônio reencontrado**. Centro histórico de Guimarães, patrimônio da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania. 2004. 212f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade do Ninho, Braga/Portugal, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DEBLASIS, Paulo. A. D.; et al. Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. **Arqueologia Sul-Americana**, v. 3, nº 1, jan. 2007.

FARIAS, Deisi S. E. **Arqueologia e educação**: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.



FARIAS, Deisi S. E.; KNEIP, Andreas. **Panorama arqueológico catarinense**. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: TCT, 2008.

GUIMARÃES, Geovan M.; ANJOS, Francisco A. O turismo arqueológico como segmento turístico. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília G. R. (Ed.). **Produtos Turísticos e novos segmentos de mercado: Planejamento, criação e comercialização**. Barueri: Manole, 2015, p. 209-227.

GOULART, Bya. MEC **Cadernos Pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**. Agosto, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, Tânia A. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. In: LIMA, Tânia Andrade de (Org.). **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação**. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 33, 2007.p.05-21.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. [Trad.] BOCCO, Laura. 4ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2006.

OEA. **Normas de Quito**, conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse Histórico e Artístico. Reunião OEA – Organização dos Estados Americanos, de dezembro de 1967, Quito, Equador, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas de Quito 1967.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

IPHAN. **Portaria nº 57, Ficha para o Registo de sítios arqueológico**. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de março de 1997. Brasil. Disponível em: <[http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil\\_portaria\\_57\\_12\\_03\\_1997\\_por\\_orof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_portaria_57_12_03_1997_por_orof.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

OLIVEIRA, Fabiana de; WENCESLAU, Fanclín Ferreira. Educação Patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “casa de David Canabarro” em Santana do Livramento,



RS. In: SOARES, André Luiz Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (Org.). **Educação Patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: UFSM, 2008. p. 23-40.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANO - OEA. **Normas de Quito**, de dezembro de 1967.

PINTO, Helena. **Interpretação de fontes patrimoniais em Educação Histórica**. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 1, p. 187-218, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J. (org). **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 15-24.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAMPARETTI, B. C. **Sambaqui Cabeçuda 01: Um território resiliente**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

*Submetido em: 24/10/2016. Aprovado em: 19/12/2016.*

